



*Ministero degli Affari Esteri*

**CeSPI**  
Centro Studi di Politica Internazionale

**III Conferenza Nazionale Italia - America Latina e Caraibi**  
**Roma, 16 – 17 ottobre 2007**  
**Ministero degli Affari Esteri - Sala delle Conferenze Internazionali**

***Luiz Dulci*** (\*)

Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil

Senhoras e senhores,

é com grande satisfação que represento o Governo brasileiro nesta conferência, ao lado do embaixador Bahadian, do doutor César Alvarez, entre outros compatriotas. Cumprimento a todos os amigos e as amigas italianos e europeus, na pessoa do doutor Donato di Santo, uma sorta de "italo-latino-americano", e às amigas e aos amigos da América Latina e do Caribe na pessoa do doutor Enrique Garcia.

O Brasil tem como prioridade máxima da sua política externa o aprofundamento da integração da América do sul, e nesse sentido a Corporação Andina de Fomento, que o doutor Enrique preside, tem contribuído de modo relevante para financiar iniciativas consistentes e parcerias produtivas entre os povos da nossa região.

***(\*) Texto transcrito da gravação (não revisto pelo autor)***

Tomo a liberdade de fazer minhas as palavras do Chanceler argentino, Dom Jorge Taiana, sobre a importância da relevada presença italiana em América Latina, da qual, naturalmente, esta Conferência é uma expressiva manifestação. Todos os Países da América Latina apreciamos muito esse relançamento da presença italiana em nosso continente.

O Mercosul, já consolidado como bloco econômico-comercial, avança em outras dimensões, com o objetivo de atingir a plena integração social e cultural. Foi criado recentemente um Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, votado para o tratamento das assimetrias entre os Países membros. A instalação do Parlamento do Mercosul, ocorrida em 2006, para o qual haverá eleições diretas a partir de 2010 em todos os Países membros, e também a criação da Cúpola Social do Mercosul, através da qual a sociedade civil participa do próprio arranjo institucional do bloco, demonstram que a nossa integração é uma realidade cada vez mais efetiva. O fortalecimento do Mercosul, em nossa opinião, é um largo passo para a constituição da Comunidade sul-americana de Nações, que permitirá uma presença mais sólida e competitiva de nossa região no mundo.

Por isso mesmo, temos-nos empenhado, em particular, na integração física e infra-estrutural da América do sul, sobretudo por meio de investimentos conjuntos nas áreas de transporte e energia. O contexto sul-americano é à base de nosso esforço de integração, mas a América Latina e o Caribe constituem um horizonte mais abrangente e indispensável desse mesmo processo.

O Governo brasileiro tem-se engajado fortemente em parcerias que buscam promover a paz, coordenando inclusive a missão de paz das Nações Unidas na Haiti, e o desenvolvimento econômico e social em toda a região. Basta dizer que em menos de

cinco anos de mandato, o Presidente Lula já visitou mais vezes a América Central do que todos os Presidentes brasileiros anteriores em cento e dezoito anos da nossa República. E sempre com resultados concretos, seja na esfera comercial, seja no terreno da integração produtiva e da cooperação tecnológica, especialmente na produção de bio-combustíveis, mas com forte ênfase também no intercâmbio educacional e cultural. A prioridade conferida pelo Brasil à integração da América do sul e da América Latina não diminui, obviamente, a nossa disposição de cooperar com outros blocos e regiões: nós estamos construindo uma integração a partir da nossa realidade (e consideramos isso essencial), mas ao mesmo tempo fortemente aberta ao mundo.

O conhecimento mútuo é fundamental para que possamos cooperar de maneira efetiva com outros blocos e regiões. Como sabemos, tanto a Europa quanto a América Latina são continentes multiétnicos, multiculturais e multilinguísticos. A integração das nossas respectivas regiões deve levar portanto em conta que a União Européia e a América Latina não são realidades homogêneas. Se queremos constituir uma unidade continental substantiva na América Latina e não apenas retórica, devemos estar muito atentos à formação étnica e histórica dos diferentes Países, cada um com suas necessidades e desafios particulares, e devemos estar igualmente atentos aos processos subregionais de integração. Queremos abraçar a integração respeitando, e mais do que isso, valorizando as diferenças, que não são, para nós, obstáculos a remover, mas riquezas a preservar e ampliar.

É com essa visão que o Brasil tem procurado também, nos últimos anos, aprofundar o seu relacionamento com a Itália, no âmbito dos esforços que empreendemos juntamente com nossos parceiros do Mercosul, para estreitar os laços com a União Européia. Nos últimos anos, diversas autoridades brasileiras realizaram visitas a Itália, inclusive o Presidente Lula, que aqui esteve em outubro de 2005. O Conselho Brasil-Itália, que se reuniu pela primeira vez em setembro de 2006 nesta mesma sala

de conferências, e que se reunirá novamente no Brasil no próximo dia 27 de novembro, é um importante mecanismo de consultas políticas de alto nível, que permitirá desenvolver um diálogo bilateral em diversos temas estratégicos. A visita ao Brasil do Presidente do Conselho dos Ministros Romano Prodi, realizada em Março deste ano, constituiu mais um marco no processo de aproximação dos dois Países, que terá continuidade com a nova visita do Presidente Lula à Itália, ainda no primeiro semestre de 2008.

A parceria entre Brasil e Itália tem reflexos significativos na área econômica: em 2006, o comércio bilateral registou um crescimento de 17% em relação ao ano anterior, e foram realizadas importantes missões empresariais. O programa de aceleração do crescimento, lançado pelo Governo do Presidente Lula, inclui diversos projetos de infra-estrutura produtiva e social que são também oportunidades de investimento para empresários italianos.

Não pretendo naturalmente, nesta breve intervenção, tratar de todos os múltiplos aspectos da rica cooperação entre Brasil e Itália, muito menos das relações culturais, afectivas e genéticas, das quais eu próprio sou modesto produto. Mas gostaria de destacar três formas de cooperação cuja evolução recente ilustra o dinamismo do relacionamento entre nossos Países.

Em primeiro lugar, na área de ciência e tecnologia: foi finalizado há poucas semanas um programa executivo que permitirá transformar em projetos concretos o acordo bilateral existente. É vasto, na nossa opinião, o potencial para o intercâmbio de experiência entre Brasil e Itália, na área científico-tecnológica (já existe um acordo entre a Petrobras e a Eni para a cooperação na área de petróleo e de energias renováveis).

A segunda forma de cooperação que quero destacar não se desenvolve nem em território brasileiro, nem em território italiano; também, já foi mencionada pelo Chanceler argentino. Em março deste ano, Brasil e Itália assinaram um memorando

de entendimentos sobre a chamada "cooperação trilateral", que prevê a realização de projetos conjuntos em benefício de terceiros Países, especialmente na África, que para o Brasil não é apenas outro continente, já que a metade da população brasileira tem origem africana. Revelam-se especialmente promissoras as perspectivas em áreas como o combate à Aids, e a produção de bio-combustíveis.

Em terceiro lugar, queria destacar a cooperação descentralizada, modalidade que tem crescido muito nos últimos anos, e que envolve a participação da sociedade civil (cooperativas empresariais, sindicatos) e de níveis de governo mais próximos à realidade local, como as Regiões italianas e os Municípios brasileiros. Hoje à tarde vamos assinar, também com o ministro Massimo D'Alema, um protocolo adicional sobre a cooperação descentralizada ao acordo de cooperação técnica já existente entre Brasil e Itália. Esse instrumento dará uma segurança jurídica maior e permitirá um desenvolvimento mais concreto dessa forma de cooperação inovadora e participativa entre os nossos Países. Para muitos de nós, ex-sindicalistas, a cooperação entre sindicatos de ambos os Países é também muitíssimo bem-vinda.

Permitam-me recordar as palavras do Presidente Lula, que no seu último discurso perante à Assembléia Geral das Nações Unidas, reiterou que "a superação definitiva da pobreza exige mais do que a solidariedade internacional: ela passa necessariamente por novas relações econômicas internacionais, que não penalizem os Países pobres nem os Países em desenvolvimento, nem os condene eternamente a uma condição subalterna".

Nós também somos contrários à "síndrome da queixa", que foi mencionada aqui, mas não somos contrários à luta por uma ordem comercial internacional mais equilibrada e mais justa. E tomo a liberdade de dizer que toda a cooperação é útil, mas talvez a forma mais avançada e mais estrutural de cooperação seja que todos os Países do mundo lutem por um comércio internacional mais justo, com a superação do

proteccionismo agrícola e industrial. Com isso, nossos Países terão oportunidades de desenvolvimento, e teremos a necessidade de novas políticas internacionais compensatórias.

Congratulo-me por fim mais uma vez com o Governo italiano e em especial com o Ministro D'Alema e com o *sottosegretario* Donato Di Santo pela organização desta Conferência, e fazemos votos que ela possa produzir resultados importantes, que não apenas consolidem o muito que já se fez, mas façam avançar as relações de cooperação material e espiritual entre os nossos povos.

Obrigado.